

**CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA
FREGUESIA DE S. MIGUEL DO RIO**

TORTO

Demonstrações Financeiras

31 Dezembro de 2018

Índice

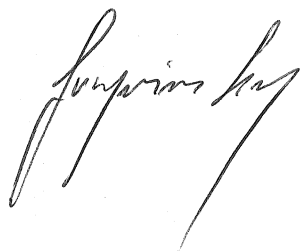
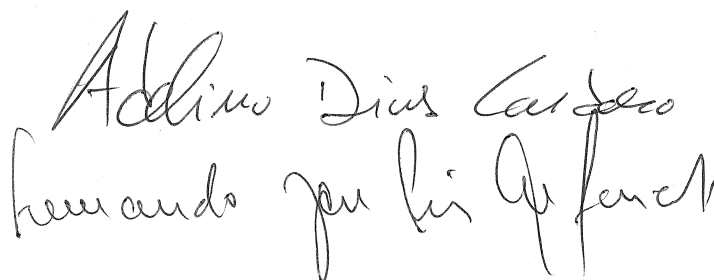
Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa	5
Anexo	6
1. Identificação da Entidade.....	6
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	6
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	7
3.1. Bases de Apresentação	7
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	9
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	13
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	13
6. Custos de Empréstimos Obtidos	14
7. Inventários.....	14
8. Rédito	14
9. Subsídios do Governo e apoios do Governo	15
10. Benefícios dos empregados	15
11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	15
12. Outras Informações.....	16
12.1. Outras contas a receber	16
12.2. Diferimentos.....	16
12.3. Caixa e Depósitos Bancários.....	16
12.4. Fundos Patrimoniais.....	17
12.5. Fornecedores.....	17
12.6. Estado e Outros Entes Públicos.....	17
12.7. Outras Contas a Pagar	18
12.8. Fornecimentos e serviços externos.....	18
12.9. Outros rendimentos e ganhos.....	18
12.10. Outros gastos e perdas.....	18
12.11. Resultados Financeiros.....	19
12.12. Acontecimentos após data de Balanço	19

Balço

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31/12/2018	31/12/2017
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		474 482,58	474 482,58
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		1 138,20	858,21
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		475 620,78	475 340,79
Ativo corrente			
Inventários		3 973,03	3 922,06
Clientes		5 541,68	3 531,11
Adiantamentos a fornecedores		-	-
Estado e outros Entes Públicos		1 812,17	3 130,74
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber		55,27	0,00
Diferimentos		1 168,35	1 033,63
Outros Ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários		3 610,23	3 705,34
Subtotal		16 160,73	15 322,88
Total do Ativo		491 781,51	490 663,67
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		9 133,28	9 133,28
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados		279 810,77	283 896,57
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais		160 474,31	160 474,31
Resultado Líquido do período		(3 919,00)	(4 085,80)
Total do fundo do capital		445 499,36	449 418,36
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos		735,05	6 855,71
Outras contas a pagar			
Subtotal		735,05	6 855,71
Passivo corrente			
Fornecedores		13 443,74	10 763,92
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos		6 896,44	4 498,83
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos		5 000,00	0,00
Diferimentos			
Outras contas a pagar		20 206,92	19 126,85
Outros passivos financeiros			
Subtotal		45 547,10	34 389,60
Total do passivo		46 282,15	41 245,31
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		491 781,51	490 663,67

Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		136 225,40	146 175,20
Subsídios, doações e legados à exploração			
ISS; IP - Centros Distritais		142 223,43	146 781,23
Outros			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(63 760,22)	(67 865,39)
Fornecimentos e serviços externos		(44 782,91)	(43 438,50)
Gastos com o pessoal		(173 445,43)	(187 159,55)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		1 092,20	13 818,53
Outros gastos e perdas		(1 471,47)	(450,00)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(3 919,00)	7 861,52
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0,00	(11 944,40)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(3 919,00)	(4 082,88)
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		(0,00)	(2,92)
Resultados antes de impostos		(3 919,00)	(4 085,80)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(3 919,00)	(4 085,80)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		138 832,19	145 968,74
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(103 633,91)	(107 072,02)
Pagamentos ao pessoal		(177 711,65)	(184 704,94)
Caixa gerada pelas operações		(142 513,37)	(145 808,22)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			(398,00)
Outros recebimentos/pagamentos		148 773,67	154 969,09
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		6 260,28	9 558,87
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		6 120,66	(2 000,00)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		131,63	182,61
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			1 025,72
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento		(0,00)	(4 836,70)
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(6 252,29)	(1 993,59))
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			(5 116,29)
Juros e gastos similares		103,10	282,92
Dividendos			
Reduções do fundo			11 060,67
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(103,10)	(6 227,30)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		(95,11)	(1 337,98)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 705,34	2367,35
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 610,23	3 705,34

Adelino Dias
Fernando José

Anexo

1. Identificação da Entidade

O Centro Social Paroquial da Freguesia de S. Miguel do Rio Torto é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos aprovados nos termos do Art.º 7º do Decreto - Lei nº 119/83 de 25 de Fevereiro alterado pelo decreto-lei nº 402/85 de 11 de Outubro, e Diário da República n.º 53 de 04/03/1992, Série III, com sede em Rua das Escolas, nº 3, 2205-574 São Miguel do Rio Torto. Tem como actividade principal o apoio social para pessoas, sem alojamento tendo como objectivo desenvolver a actividade de apoio social para pessoas com alojamento.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Base para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2011, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2011 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL.

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, para a Associação, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços e à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*".

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes, com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	5
Outros Ativos fixos tangíveis	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Bens do Património Histórico e Cultural

A Associação não possuiu bens desta natureza.

3.2.3. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao custo.

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “*Cientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de

juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director - geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Custo						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	501 198,50	-	-	-	-	501 198,50
Equipamento básico	27 235,81	-	-	-	-	27 235,81
Equipamento de transporte	99 279,01	-	-	-	-	99 279,01
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	12 785,31	-	-	-	-	12 785,31
Outros Ativos fixos tangíveis	70 264,74	-	-	-	-	70 264,74
Total	710 763,37	-	-	-	-	710 763,37
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	51 153,46	-	-	-	-	51 153,46
Equipamento básico	24 606,43	-	-	-	-	24 606,43
Equipamento de transporte	77 470,85	-	-	-	-	77 470,85
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	12 785,31	-	-	-	-	12 785,31
Outros Ativos fixos tangíveis	70 264,74	-	-	-	-	70 264,74
Total	236 280,79	-	-	-	-	236 280,79

6. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Financiamentos obtidos

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	-	6 120,66	6 120,66	-	5 944,38	5 944,38
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Total	-	6 120,66	6 120,66	-	5 944,38	5 944,38

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2018 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2018
	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas	4 604,85	67 182,60	-	3 922,06	61 485,38	-	1 902,75
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	4 604,85	67 182,60	-	3 922,06	61 485,38	-	1 902,75

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	67 865,39		63 760,22
Variações nos inventários da produção	-		-

8. Rédito

Para os períodos de 2017 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2018
	-	-
Prestação de Serviços - Matrículas e Mensalidades	140 563,10	131 611,90
	-	-
Quotas e Jóias	454,00	50,00
Total	141 017,10	131 661,90

9. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2017	2018
Subsídios do Governo		
ISS-IP - Centros Distritais	142 320,10	138 171,33
Município Abrantes	0,00	0,00
IEFP	4 461,13	560,90
Total	146 781,23	138 732,23

10. Benefícios dos empregados

Os órgãos directivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de 20 e em 31/12/2018 foi de 17.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2018
Remunerações ao Pessoal	153 811,97	140 283,35
Encargos sobre as Remunerações	33 011,44	30 683,07
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1 216,80	1 516,64
Outros Gastos com o Pessoal	930,63	962,37
Total	188 970,84	173 445,43

11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1. Outras contas a receber

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2018 a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2018
Credores por acréscimo de gastos	18 483,21	16 671,92
Total	18 483,21	16 671,92

12.2. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2018, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2018
Gastos a reconhecer		
Seguros	1 033,63	1 168,35
Rendimentos a Reconhecer		
Outros Rendimentos a reconhecer		
Total	1 033,63	1 168,35

12.3. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 31 de Dezembro de 2017 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2018
Caixa	80,00	1 119,38
Depósitos à ordem	2 874,52	2 490,85
Total	2 954,52	3 610,23

12.4. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2018
Fundos	9 133,28	-	-	9 133,28
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	283 896,57	-	4 085,80	279 810,77
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	160 474,31	-	-	160 474,31
Total	453 504,16	-	4 085,80	449 418,36

12.5. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2018
Fornecedores c/c	10 793,92	13 388,47
Total	10 793,92	13 388,47

12.6. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2018
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	395,36	574,20
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	(3.128,10)	(1.799,13)
Segurança Social	4 100,83	6 309,20
Total	1 368,09	5 084,27

12.7. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar	-	2 454,93	-	-
	-	-	-	-
	-	-	-	-
Total	-	2 454,93	-	-

12.8. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2017	2018
Serviços Especializados	10 282,84	8 088,50
Materiais	2 246,35	1 803,04
Energia e Flúidos	20 773,44	25 801,77
Deslocação, Estadas e Transportes	24,00	-
Serviços Diversos	10 111,87	9 089,60
Total	43 438,50	44 782,91

12.9. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2018
	-	-
Outros rendimentos e ganhos	8 981,83	1 092,20
Total	8 981,83	1 092,20

12.10. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2018
Impostos	-	16,44
Outros Gastos e Perdas	170,00	1 351,93
	170,00	1 368,37

12.11. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2018
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	282,92	103,10
Total	282,92	103,10

12.12. Acontecimentos após data de Balanço

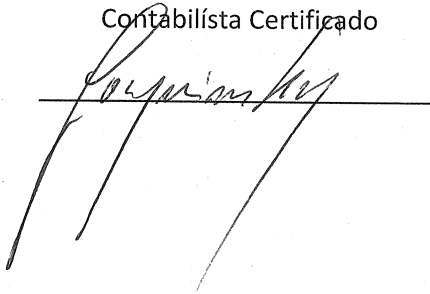
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

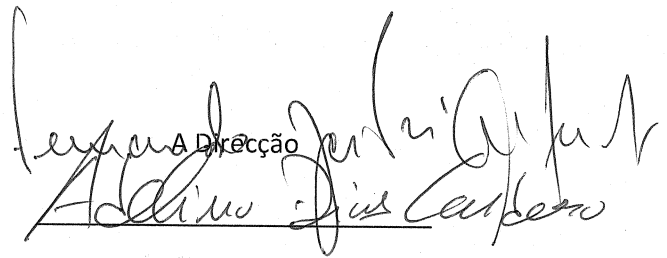
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas pela Direcção 31 de Março de 2019.

São Miguel Rio Torto, 31 Março de 2019

Contabilista Certificado



A Direcção


CENTRO SOCIAL PAROQUIAL
 da freguesia de S. Miguel do Rio Torto
 Rua das Escolas - Telef. 241 866 039
 N.I.P.C. 501 838 055
 2205 S. MIGUEL DO RIO TORTO